Direcção Geral de Saúde

Decreto n.º 23:845

Estatuindo o decreto n.º 12:210, de 24 de Agosto de 1926, no § 1.º do artigo 2.º, que as suas disposições são applicáveis por decreto ministerial a todo e qualquer outro estupefaciente desde que venha a reconhecer-se que pode dar origem a efeitos nocivos pelo seu emprêgo abusivo;

Considerando que a Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, no n.º 2.º do artigo 13.º, exige das partes contratantes a applicação de determinadas disposições da Convenção Internacional do Ópio, de 19 de Fevereiro de 1925, à fabricação, à importação, à exportação e ao comércio por grosso da metilomorfinina, da etilomorfinina e dos seus sais;

Ouvindo o Conselho Superior de Higiene;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. As disposições do decreto n.º 12:210 ficam sujeitos, desde a data da publicação deste decreto, a importação, exportação e comércio por grosso dos seguintes productos:

Metilomorfinina (codeína) e seus sais.

Por metilomorfinina entende-se o éter-óxido da morfina que tem por fórmula $C_{17}H_{18}(C_2H_5O)N O_2$.

Etilomorfinina, o seu cloridrato (dionina) e outros sais.

Por etilomorfinina entende-se o éter-óxido da morfina que tem por fórmula $C_{17}H_{18}(C_2H_5O)N O_2$.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Antônio Ravil da Mata Gomes Peretra*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral dos Serviços Centrais da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição (Cultos)

Decreto n.º 23:846

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É cedida definitivamente à comissão administrativa da Câmara Municipal da cidade do Pôrto para alinhamento de uma nova avenida na freguesia de Paranhos, do bairro oriental da mesma cidade, uma parcela de terreno do adro da igreja paroquial da referida freguesia, com a superficie total de 111 metros quadrados, como se vê da planta junta ao processo de cedência, mediante a indemnização única, para os efeitos do artigo 104.º da lei de 20 de Abril de 1911, de \$50 por metro quadrado, que serão pagos à Comissão Jurisdiccional dos Bens Culturais, por intermédio da comissão sua delegada no bairro oriental do Pôrto, logo após a publicação do presente diploma, ficando a cessionária obrigada a fazer à sua custa a vedação do adro e a colocar nela o portão de ferro actualmente existente na parte a ceder.

Art. 2.º Este decreto fica sem efeito, não sendo devida qualquer indemnização ou restituição à entidade

cessionária, se ao terreno cedido fôr dada applicação diversa da consignada, se a obra projectada não se concluir no prazo de um ano, contado desta data, ou se a indemnização fixada não fôr satisfeita como acima se determina.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 23:847

Os decretos n.ºs 16:083 e 16:084, de 29 de Outubro de 1928, ao remodelarem o regime sacarino da Madeira, tiveram muito especialmente em vista dar um golpe fundo no fabrico ilegal e no exagerado consumo da aguardente, por necessidades de ordem moral e de ordem social.

Era já antes dos referidos diplomas limitada por lei a 500:000 litros a produção annual; todavia dava-se como certo que a população da Madeira consumia mais de 1.500:000 litros, tam grandes eram os abusos da industria e do comércio.

Por isso o Governo pretendeu, ao estabelecer o novo sistema fiscal com a duração de vinte e cinco anos, impedir que fôsse excedido aquele limite. Para tornar eficaz a fiscalização da alfândega reduziu-se o número das destilarias e compensaram-se com títulos da divida da Madeira as que foram encerradas; a aguardente fabricada passou a ser vendida aos retalhistas por uma só entidade adjudicatária.

Tendo-se pôsto a concurso o exclusivo da venda, na base de 2:000.000\$ de renda annual para o Estado, o que representava 4\$ por litro, em 27.º Cartier, sobre os 500:000 litros, houve dois concorrentes com ofertas superiores a estas bases.

Fez-se a adjudicação ao concorrente que mais vantagens oferecia, resultando daí a actual Companhia de Aguardente da Madeira. Obrigou-se esta a pagar ao Estado pela exploração a renda fixa de 4:212.000\$ por ano, ou sejam 8\$42(4) por litro — e desta renda sairia a verba de juros e amortização dos referidos títulos de divida — afora o que havia de pagar por 613:147 litros de aguardente ainda existentes de colheitas anteriores à de 1929 e a participação de 80 por cento que o Estado teria no preço de venda se este excedesse 21\$ por litro. A Companhia obrigou-se a estabelecer os depósitos necessários para a citada quantidade de aguardente, depósitos que ficariam pertencendo ao Estado ao fim dos vinte e cinco anos.

Apesar de ir muito além das bases do concurso, o contrato seria ainda lucrativo para a Companhia se a Madeira consumisse, além da quantidade transitada, os 500:000 litros por ano. Em face dos factos até então observados, o público madeirense, a Companhia e o Estado tinham por certo que assim aconteceria. Nessa hipótese a Madeira teria consumido, desde a data do contrato — 22 de Novembro de 1928 — a 31 de Março de 1934, não só os 613:147 litros de produção anterior, mas ainda 2.500:000 litros que viriam a ser fabricados de 1929-1930 a 1933-1934. O total seria de 3.113:147 litros.

Contra todas as previsões, as mais modestas, a aguardente que a Companhia pôde entregar ao consumo desde